



Comissão de Pregão II

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 228/2023**

Processo Licitatório nº: 6.809/2023

Processo de Impugnação nº: 33.636/2023

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 228/2023**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, para fornecimento de sistema informatizado de Gestão Pública Integrada, englobando cessão do direito de uso, instalação, implantação, treinamento, customização, migração de dados pré-existentes, conversão e adequação, suporte técnico e manutenção corretiva, adaptativa, e evolutiva, atualização tecnológica e Assistência Técnica dos sistemas informatizados de Gestão Pública Integrada, visando a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade no desempenho de todas as atividades, serviços prestados e o alcance dos resultados planejados, durante o período contratual, e que atendam aos requisitos do SIAFIC – Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, para o Município de NOVA FRIBURGO, RJ e para a Câmara Municipal de NOVA FRIBURGO, RJ.**

**IMPUGNANTE: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS**  
**IMPUGNADO: EDITAL**

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital do Pregão Eletrônico n.º 228/2023**.



## Comissão de Pregão II

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

### I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

### II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. A impugnante sucintamente alega, *“suposta exigibilidade de serviços de licenciamento de programa de informática serem considerados na forma do art. 57, IV, da Lei 8666/93, bem como contradição aparente entre o edital e seu Anexo I e a suposta fixação de prazo exíguo para a implementação dos sistemas objeto da licitação”*.

### III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Requer a impugnante que:

a) *“... seja a presente impugnação julgada procedente, em respeito à legalidade e, principalmente visando a tão almejada ampliação da competitividade para seleção da proposta mais vantajosa.”*



Comissão de Pregão II

**IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO**

07. Considerando que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência e ainda que as razões da impugnação são técnicas, tema que foge ao domínio do Pregoeiro, o assunto foi submetido à equipe Técnica da Secretaria Requisitante para análise e manifestação, e após à Procuradoria Geral do Município para análise os aspectos jurídicos recorridos a fim de subsidiar a decisão ante impugnação interposta.

08. A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, através de seu responsável técnico, entendeu que a situação se enquadra na hipótese constante no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93.

09. Quanto suposta fixação de prazo exíguo para a implementação dos sistemas objeto da licitação, a secretaria requisitante se manifestou no sentido de que o prazo apresentado disponibilizado se mostra compatível com a baixa complexidade do procedimento, conforme manifestação, em anexo, parte integrante desta decisão independente de transcrição.

10. A procuradoria Geral em parecer exarado pelo Ilmo. Procurador Geral do Município, quanto a hipótese de prorrogação contratual com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93 se manifestou no sentido que *“deve ser acolhida a impugnação neste específico ponto”*, não adentrando no mérito das questões inerentes ao setor técnico requisitante.

**V. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO**

11. Reputando a manifestação da Equipe Técnica, e do parecer jurídico exarado, que este Pregoeiro adota como fundamento para decidir, resta comprovado que assisti,



Comissão de Pregão II

parcialmente, razão à Impugnante, motivo pelo qual deverão ser procedidas as devidas alterações do Edital e sua republicação.

**VI. DA DECISÃO**

12. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado pela manifestação do setor técnico requisitante, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS**, no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 228/2023**, e no mérito, **DOU PROVIMENTO PARCIAL**, pela alteração do edital, em comento.

Nova Friburgo, 28 de dezembro de 2023.

**JONATHAN P. CHAVES**  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870